

Fronteiras e zonas de contato no movimento das Monções: subsídios teórico- metodológicos

Francismar Alex Lopes de Carvalho* - PPG-UEM

A descoberta de metal precioso nas barras do rio Caxipó-Mirim, em 1718, e pouco mais tarde em Cuiabá, levou a febre do ouro a não poucos paulistas, que passaram a migrar para este novo Eldorado utilizando-se de dificultoso caminho fluvial; passou esse movimento a ser chamado de Monções. De São Paulo a Cuiabá os viajantes deparavam-se com vários grupos étnicos nativos, os “senhores dos rios” para utilizar uma feliz expressão da época, os quais interagiam ativamente com os adventícios, seja oferecendo aliança política contra grupos hostis, seja praticando hostilidades abertamente em defesa de seus territórios. Logo principiou um período crítico da “era das Monções” paulistas, localizado entre 1727 e 1734, período no qual os índios ribeirinhos praticamente fecharam os rios à navegação portuguesa. Nesse ínterim, pode-se perceber com intensidade a dialética guerra e paz, permeada pelos contrapontos entre as trocas interculturais e a afirmação de identidades, envolvendo paulistas, cuiabanos e assussenhos; escravos de vários grupos étnicos africanos ou afro-descendentes; grupos étnicos nativos, sobretudo Kayapó, Guaykuru e Payaguá. Meu objetivo é desdobrar, ao menos minimamente, a complexa trama de inter-relações políticas, de guerra e de paz, entre as sobreditas populações. Para tanto, tomo como texto-base o relato de viagem de João Antônio Cabral Camelo, redigido em 1734, e que narra com detalhes o grande assalto que fizeram os Payaguá à sua monção de retorno a São Paulo em 1730.¹

Seduzido pelo novo Eldorado, parte Cabral Camelo de Sorocaba em demanda das minas de Cuiabá em 1727. Uma vez nas minas, pretendia conseguir mais alguns negros para faiscar e assim acumular um bom jornal. Durante a viagem, enumera Cabral Camelo, com certo ânimo, cinco produtivas roças nos inícios da subida do rio Pardo, nas quais “há muito feijão e bananais”; mais a diante “se vê uma formosa roça povoada” (p. 133). Depois

de atravessar os territórios Guaykuru e Payaguá, o viajante chega às minas. Ali Camelo observa a instabilidade dos negócios: Cuiabá parece estar sempre entre o incremento e a decadência. Depois de três anos de parcos rendimentos, resolve voltar. Aproveita a monção do Ouvidor Antônio Álvares Lanhas Peixoto, que em 1726 chegou a Cuiabá com o Capitão General Rodrigo César de Meneses a fim de instalar a burocracia tributária de El-Rei e que agora, em 1730, volta para São Paulo com quase 900 kg de ouro, produto do quinto Real.² A certa altura da decida do rio Paraguai, ouvem todos um grande urro: surpreende-os uma enorme leva de canoieiros Payaguá com um ataque massivo. “*Tão espessa nuvem de flechas, que escureceu o sol*”, ilustra Cabral Camelo (p. 144). Imediatamente vários negros escravos atiram-se à água e fogem, como se estivessem planejando fazê-lo há tempos. Camelo e um grupo conseguem resistir ao ataque, colocando-se em trincheira. Os Payaguá retiram-se, então, vitoriosos, contando enorme despôjo de 16 canoas, 11 arrobas de ouro, armas, roupas, não poucos negros e uma mulher branca lisboeta como cativos. Sabe-se pelo relato de D. Carlos de Los Rios Valmaseda que este despôjo foi trocado em Assunção no mesmo ano de 1730.³ Quanto à sorte de Cabral Camelo, não tão ruim quanto à do Ouvidor Lanhas Peixoto, morto no assalto, também não é das melhores: com medo de novo ataque pelos rios, resolve ir com grupo de sobreviventes a Camapuã à maneira dos antigos sertanistas – por terra em marcha a pé. Lá chegam depois de dois meses andando e observando que todas as roças do rio Taquari haviam sido destruídas pelos Kayapó. Tomam canoas, descem o rio Pardo, navegam o rio Paraná: em todo o lugar o mesmo cenário – as roças tão “formosas” que viu Camelo em 1727 estavam todas destruídas pelos Kayapó e despovoadas. Os últimos corajosos que ali ficaram pedem carona ao viajante para que os levem até São Paulo.

O conceito de fronteira, aprimorado pelas contribuições da antropologia processual e política, me parece um caminho teórico-metodológico adequado para perceber e iluminar várias questões que aparecem no precedente relato apenas como pontas de um *iceberg*. Ajustar o foco em direção às relações da tripulação monçoeira com os grupos étnicos locais e às alianças destes grupos étnicos entre si e com os adventícios, permite perceber as

intersecções entre essas populações. Fronteira deixou de significar, com a sofisticação das abordagens antropológicas e históricas, apenas um limite que separa uma cultura da outra. Antropólogos e historiadores têm trabalhado atualmente postulando o conceito de fronteira como uma zona intersticial onde as culturas estão em contato. Acrescenta Ulf Hannerz que *“las fronteras son regions donde las culturas pueden llegar a desatarse visiblemente: en lugar de cultura/cultura, cultura + cultura”*.⁴ As pesquisas de Fredrik Barth e de seus colaboradores permitem pensar a fronteira entre os grupos étnicos como locais ou situações nas quais se realizam as trocas interculturais e atual os mecanismos de manutenção das identidades. Assim, as escolhas dos itens que vão compor os repertórios culturais dos grupos étnicos – longe de serem vistos como “assimilação” ou “aculturação” – devem ser entendidos como produtos de uma atuação e seleção políticas desses grupos.⁵

Narra D. Carlos de Los Rios Valmaseda o sucedido em setembro de 1730, quando apareceram os embaixadores dos Payaguá em Assunção avisando que queriam vender às autoridades locais alguns cativos portugueses. Como medida preventiva, afirmavam que primeiro queriam ver o pagamento e só depois trariam os cativos. O Pe. Comendador e outros locais juntaram alguma prata e ofereceram aos índios; estes recusaram afirmando que *“era preciso se les diesse mas, porq el Cacique no estava contento”*. Em seguida, mostraram os assusenhos mais prata e os cativos foram trazidos: dois mancebos, doze negros e mulatos e aquela senhora lisboeta, de nome Dominga Roiz, cujo marido fora assassinado no assalto de 1730.⁶ Chama a atenção a excepcional habilidade política com que conduziram os Payaguá a negociação: (1º) valendo-se de embaixadores para não se expor; (2º) exigindo primeiro a mostra do pagamento, para depois trazer os cativos; e (3º) incrementando seu poderia desconsiderando a primeira oferta. Ora, tais constatações lançam dúvidas sobre a tese, defendida por Sérgio Buarque de Holanda, segundo a qual os Payaguá eram facilmente ludibriados nas trocas com Assunção;⁷ ou ainda sobre a fórmula de Afonso de Taunay: *“os índios são destituídos de inteligência”*.⁸

Parece mais razoável supor que os Payaguá, na medida em que transitavam cada vez mais pela zona de contato com os assusenhos, aprendiam a seu modo as regras do

jogo político e do jogo econômico. Gradualmente foram os Payaguá descobrindo o valor de troca das mercadorias. Deve-se a um tal João Pereira, português feito cativo durante o assalto de 1730, a recomendação para que os Payaguá não atirassem fora o ouro, pois este poderia ser trocado em Assunção por coisas que muito lhes interessavam.⁹ Com efeito, informam os cronistas de época que rendeu aos Payaguá o assalto de 1730 de 11 a 20 arrobas de ouro. É Valmaseda quem informa que os Payaguá fizeram a lição de casa e passaram, já em 1730, a ir constantemente a Assunção trocar o ouro em pó obtido. Ali compravam ferramentas, tecidos de lã, panos coloridos, mel, milho, porcos, entre outros itens em geral hiper-inflacionados. Se é certo que os Payaguá, ainda iniciantes em negócios financeiros, pagavam muito caro por itens ordinários, não deve este fato ser atribuído à falta de inteligência do indígena, pois como afirma o mesmo Valmaseda, a abundância de metal precioso em Assunção elevou os preços para todos, chegando muitos gêneros a terem seus preços inflacionados em 150%.¹⁰

As alianças interétnicas desempenham papel importante no movimento das Monções. A instabilidade da aliança entre os Payaguá e os Guaykuru, a qualquer momento podendo ser rompida ao se configurar um cenário político mais vantajoso, corrobora a perspectiva política dessa aliança. Narra Cabral Camelo que, em 1731, durante a monção de represália contra os Payaguá por conta do assalto do ano anterior, encontraram os cuiabanos com poderoso cacique Guaykuru, que veio lhes propor acordo político de paz e aliança militar contra os Payaguá. Na proposta feita pelo cacique continha a reivindicação dos Guaykuru de manter negócios com os cuiabanos e o comprometimento de colocar à disposição deles uns 50 mil cavalos. Não foi dos mais felizes o encaminhamento dado pelos cuiabanos à proposta do cacique: como o capitão da armada, o Sr. Antonio de Almeida Lara, se encontrava a alguma distância dali, resolveram prender o cacique e os seus a ferro e levá-lo à presença do capitão Lara. Ao chegar ao rancho onde estavam os outros cuiabanos fazendo negócio com uns Guaykuru, que vendiam vacas, carneiros e cavalos, receberam ordem do capitão para que soltassem o cacique. Como não fosse a traição castigada como deveria, tomaram o cacique e sua comitiva a alguns cavalos e dali fugiram

rapidamente, temendo serem feitos cativos.¹¹ Ao ser traiçoeiramente preso e não ver uma punição adequada por parte do capitão Almeida Lara, parece ter ficado claro para o cacique que o quadro político confiável e estável que almejava para as trocas não estava no horizonte, nem parecia tão vantajoso quanto manutenção da troca esporádica com os cuiabanos e da aliança com os Payaguá.

A definição de um grupo aliado e de um grupo a ser hostilizado não deve ser vista como uma ação sem disciplina ou espontânea, senão que deve ser compreendida como ação política. Depois desse episódio de 1731 deve ter ficado claro para os cuiabanos que cometeram um erro político fatal. Os Guaykuru, que desde a destruição de Santiago de Xerez e o esvaziamento do Itatim, promovidos pelos paulistas na década de 1640, reocuparam toda esta região e ali estabeleceram hegemonia por quase dois séculos – fato este inédito na História Universal¹² – passaram no século XVIII a controlar boa parte do amplo território da rota monçoeira, a ponto de Sérgio Buarque de Holanda falar, para o período posterior a 1730, em “insularidade de Cuiabá”.¹³ Depois da hecatombe promovida pelos Guaykuru no forte de Nova Coimbra em 1788, conseguiram os cuiabanos firmar tratado de paz com este grupo étnico em 1791. A partir daí, malgrado um ou outro desencontro,¹⁴ a aliança manteve-se firme por boa parte do século XIX, tendo os Guaykuru assaltado ininterruptamente várias cidades do Paraguai durante a Guerra, favorecendo sobremaneira o governo Imperial. Atualmente, os descendentes que restaram dos Guaykuru, os Kadiwéu do Mato Grosso do Sul, ainda lutam para manter a única exigência por terem lutado na Guerra – suas terras.¹⁵ A reaproximação dos Guaykuru com os cuiabanos desfez a aliança entre os Payaguá e estes índios cavaleiros, que tantos desconfortos impôs aos viajantes das monções, restando aos Payaguá aliarem-se definitivamente com os de Assunção, para onde migraram no final do século XVIII os integrantes da fração móvel Sarigué, unindo-se aos Agace que lá já se encontravam.¹⁶ Contribuiu para tal recuo a ofensiva massiva que cuiabanos e paulistas moveram contra este grupo étnico. Quatro anos depois do sanguinário assalto de 1730, Antônio Pires de Campos chefia vitoriosa expedição composta de índios Bororo, recém aliados dos

cuiabanos e guerreiros mui destros, contra os Payaguá.¹⁷ A partir de 1750 diminuiu a resistência deste grupo étnico, pacificando a zona fronteira das monções. Escreve Silvia Schmuziger Carvalho que “*como em quase todos os confrontos dos colonizadores com os indígenas na América, a ‘pacificação’ foi um eufemismo para extermínio*”.¹⁸ Após servirem de bucha de canhão para o exército de Lopes e de serem massacrados pelos “aliados”, quase desapareceram da face da terra todos os Payaguá: por volta de 1940, encontrou o antropólogo Max Schmidt a uma mulher idosa que dizia ser um dos quatro últimos Payaguá sobreviventes.¹⁹

Menciona a narrativa de Cabral Camelo que, durante o assalto de 1730, os Payaguá escolhiam os negros escravos mais robustos para levarem como despôjo – comprovadamente vendidos em Assunção depois – e os mais matavam no local.²⁰ Acrescenta ainda Sérgio B. de Holanda que o escravo monçoeiro, sobretudo nas regiões onde era preciso varar as canoas por terra, como Camapuã, fazia perder mantimentos pelo caminho, o que o autor chama de “contratempos”.²¹ Na mesma linha de interpretação está a tese defendida por Afonso de Taunay segundo a qual a tripulação de escravos negros das monções estava submetida a “*uma das mais cruéis servidões de que reza a história*”, afigurando-se para o autor algo espantoso como “*não se consignavam atos de reação contra a terrível servidão*”.²² Abordar a questão da presença do negro nos embates e contatos entre os grupos fronteiriços apenas sob o viés do mercado, ou da “indolência”, ou da “passividade” é promover uma redução brutal da documentação existente para fins ideológicos hoje insustentáveis. Para voltar à narrativa do momento do assalto de 1730 feita por Cabral Camelo, destaca o viajante que assim que principiou o ataque dos Payaguá, a maioria dos negros saltaram em grupo na água e, aproveitando-se do fato de que os dois brancos que ficavam nas canoas não podiam nem remar, nem alcançar a terra, nem governar a canoa e nem ter as armas recarregadas para defenderem-se, embrenharam-se em fuga pelo mato. Por esta razão o Ouvidor Lanhas Peixoto ficou só na sua canoa com um moço, que trazia nela doente, e ambos rapidamente foram assassinados pelos Payaguá. Só ameaçando de morte a um grupo de negros conseguiram Cabral Camelo e outros brancos

não deixar que todos fugissem.²³ A carta do Autor Anônimo, escrita em 1746 e publicada por Taunay em *Relatos Monçoeiros*, transparece que o “contratempo” observado por Sérgio Buarque de Holanda tem muito mais a ver com a tentativa dos escravos de estabelecer algum controle sobre o ritmo de trabalho e a distribuição da comida do que com indolência ou passividade. Afirma a carta quando da passagem do rio Tietê ao Paraná: “*tive uma emborcação [e] molhou-se mantimento e a fazenda; quis falhar para enxugar mas a minha tropa não quis demorar nada; os negros tanto remam para diante como para trás, se ilha, dava, não os tenha para me remarem ou bem ou mal acima; (...) o trabalho dos varadouros me amofinava e os negros quando varavam as cargas metiam-se em matos e consumiam-nas*”.²⁴ É preciso, portanto, incluir o escravo africano ou afro-descendente como agente histórico também decisivo nas zonas de contato interétnicos das fronteiras: sua ausência de muitos trabalhos sobre o tema tem aparecido com um silêncio demasiado eloqüente.

O relato de viagem de Cabral Camelo recoloca o problema da noção de “conquista” tal como delineada pela historiografia oficial. Para o período contemplado pelo relato (1727-1730) e alguns anos mais, vários pesquisadores estão de acordo em considerá-lo muito menos favorável aos paulistas e cuiabanos do que aos grupos étnicos nativos: tão difícil tinha se tornado a viagem de Araraitaguaba (próximo de São Paulo) a Cuiabá que Sérgio Buarque de Holanda enfatizou a idéia da “insularidade de Cuiabá”. A noção oficial de “conquista” sempre tende a sublinhar a idéia da fronteira como uma linha necessária e inevitável, portadora da civilização e do progresso genuinamente “americanos”, que avança passando por cima da passividade e do silêncio dos grupos étnicos locais e dos escravos, noção delineada por Frederick Jackson Turner e que teve muitos adeptos aqui no Brasil, a exemplo de Cassiano Ricardo. Antes correspondem tais noções oficiais a uma preocupação de estabelecer e inculcar uma identidade nacional que legitime determinadas elites no poder.²⁵ Já se tornaram insustentáveis hoje em dia as análises que subestimam as ações políticas de defesa dos territórios levadas a termo pelos grupos étnicos nativos e as alianças que os portugueses tiveram de fazer com certos grupos para acessarem com maior regularidade determinados territórios.

* Mestrando em História pela Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Evandir Codato; bolsista da Capes.

¹ CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão (...), sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 [1734]. In: TAUNAY, Afonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. Tomo III – Relatos Monçoeiros. 2^a Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1961. pp. 131-50.

² Cf. TAUNAY, *Op. Cit.*, Tomo II, p. 77.

³ VALMASEDA, D. Carlos de Los Rios. Notícia 4^a Prática vinda da cidade do Paraguai à Nova Colônia do Sacramento com aviso de venda, que fizeram os paiaguás dos cativos portugueses naquela mesma cidade, e escrita por (...) [1730]. In: TAUNAY, *Op. Cit.*, Tomo III, pp. 155-58.

⁴ HANNERZ, Ulf. Fronteiras. In: Revista de Antropologia Experimental. N^o. 1. 2001. p. 6.

⁵ Cf. BARTH, Fredrik. Introducción. In: _____. (Org.) *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976. pp. 9-49. Para uma contextualização da antropologia processual proposta por Barth no âmbito do campo intelectual das ciências sociais, vide: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Trad. Élcio Fernandes. 1^a Reimp. São Paulo: Edunesp, 1998.

⁶ Cf. VALMASEDA, *Op. Cit.*, p. 155 (todas as citações).

⁷ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 82.

⁸ TAUNAY, *Op. Cit.*, Tomo II, p. 174.

⁹ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3^a Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 302.

¹⁰ VALMASEDA, *Op. Cit.*, pp. 156-57.

¹¹ Cf. CAMELO, *Op. Cit.*, pp. 136-37.

¹² Cf. COSTA, Maria de Fátima. Entre Xarai, Guaikuru e Payaguá: ritos de vida no Pantanal. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos. *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 74.

¹³ Cf. HOLANDA, *Monções... Op. Cit.*, p. 289.

¹⁴ Hercules Florence e Luiz D'Alincourt presenciaram ainda certas hostilidades mútuas nos inícios do século XIX. Vide: FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977; Alincourt, Luiz D'. Reflexões sobre o systema de defesa que se deve adoptar na fronteira do Paraguay, em consequencia da revolta dos índios guaicururus ou cavaleiros. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 20. 1857.

¹⁵ Cf. CARVALHO, Sílvia M. Schmuziger. Chaco: Encruzilhada de povos e 'Melting Pot' cultural. Suas relações com a bacia do Paraná e o sul mato-grossense. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. pp. 468-69.

¹⁶ Cf. COSTA, *Op. Cit.*, p. 90.

¹⁷ Cf. CARVALHO, Sílvia M., *Op. Cit.*, p. 466.

¹⁸ *Idem, Ibidem*.

¹⁹ Cf. HOLANDA, *O Extremo oeste... Op. Cit.*, p. 87.

²⁰ Cf. CAMELO, *Op. Cit.*, p. 145.

²¹ Cf. HOLANDA, *Monções... Op. Cit.*, p. 275.

²² TAUNAY, *Op. Cit.*, Tomo II, pp. 157-58.

²³ Cf. CAMELO, *Op. Cit.*, p. 144.

²⁴ AUTOR ANÔNIMO. Notícia 8^a Prática exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas [1746]. In: TAUNAY, *Op. Cit.*, Tomo III, p. 190.

²⁵ Vide meu artigo: CARVALHO, Francismar. Representações da fronteira nas obras de Frederick Jackson Turner e Cassiano Ricardo. In: Revista Eletrônica Nethistória. Vol. Único. Disponível em: www.nethistoria.com. Acesso em: maio/2005.